

EDITAL RETIFICADO	
I. REGÊNCIA LEGAL DA LICITAÇÃO:	
Lei Federal nº 14.133/2021, Lei Complementar nº 123/2006, Decreto Municipal nº 006/2024 e por este Edital e seus anexos.	
II. SECRETARIA SOLICITANTE	
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
III. MODALIDADE:	
PROCESSO LICITATÓRIO Nº	PREGÃO ELETRÔNICO Nº 044/2025
053/2025	
IV. OBJETO DA LICITAÇÃO:	
O objeto do presente procedimento licitatório é a formação de registro de preços para contratação de empresa especializada no fornecimento de material de construção destinados a atender a secretaria Municipal de Saúde e demais programas e serviços vinculados.	
V. CRITÉRIO DE JULGAMENTO:	
POR ITEM	
VI. TIPO DE LICITAÇÃO:	VII. MODO DE DISPUTA:
Menor valor por item	Aberto e fechado
VIII. FORMA DE EXECUÇÃO:	IX. VIGÊNCIA
Parcelada	12 meses
X. REGISTRO DE PREÇO:	XI. EXCLUSIVO PARA ME/EPP:
SIM	SIM
Plataforma: BNC - Bolsa Nacional de Compras www.bnc.org.br	XII. EXIGE AMOSTRA: NÃO
O fornecedor deverá observar, rigorosamente, as datas e os horários limites para o recebimento e a abertura da proposta, atentando, também, para o início da disputa. Todas as referências de tempo no Edital, no Aviso e durante a sessão pública, observarão, obrigatoriamente, o horário de Brasília - DF. Local para Pesquisa do Edital e Anexos: BNC - Bolsa Nacional de Compras www.bnc.org.br OU PNCP .	
Outras dúvidas: Através do e-mail: cpllagoagrande2025@gmail.com	
Horário de atendimento: 09h às 14h.	
XII. RESPONSÁVEL PELOS ESCLARECIMENTOS SOBRE ESTE EDITAL:	
Samara Martins Vieira Martins	
INÍCIO DO ACOLHIMENTO PROPOSTAS: 27 de novembro de 2025 às 10h00min.	

FIM DE RECOLHIMENTO PROPOSTAS: 10 de dezembro de 2025 às 09h00min.

INÍCIO DA SESSÃO DISPUTA DE PREÇOS: 10 de dezembro de 2025 às 10h00min.

EDITAL

O MUNICÍPIO DE LAGOA GRANDE, por intermédio da Secretaria Municipal de saúde, torna público aos interessados que realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Decreto Municipal nº 006 de 01 fevereiro de 2024 e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

O objeto do presente procedimento licitatório é a formação de registro de preços para contratação de empresa especializada no fornecimento de material de construção destinados a atender a secretaria Municipal de Saúde e demais programas e serviços vinculados.

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. As regras referentes aos órgãos gerenciadores e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

3.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.3. É de responsabilidade de o cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.4.1. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às micro empresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos

valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

3.5. Será concedido tratamento favorecido para a micro empresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o micro empreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto n.º 8.538, de 2015.

3.6. Não poderão disputar esta licitação:

3.6.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.6.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.6.3. A empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.6.4. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.6.5. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.6.6. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.6.7. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.6.8. Agente público do órgão ou entidade licitante;

3.6.9. Pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

3.6.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.6.11. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.7. O impedimento de que trata o item 3.6.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.8. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.6.2 e 3.6.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.9. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.10. O disposto nos itens 3.6.2 e 3.6.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.11. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

3.12. A vedação de que trata o item 3.6.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.2. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecido no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto.

4.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infra legais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.3.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

4.3.3. não possuem empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.5. O fornecedor enquadrado como micro empresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

4.6. A falsidade da declaração de que trata os itens 4.3 ou 4.5 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

4.7. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.8. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.9. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.10. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

4.10.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

4.10.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o sub item acima.

4.11. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

4.11.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

4.11.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

4.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 4.10 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

4.13. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.14. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, conforme ETP e TR;

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante;

5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto;

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto;

5.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses;

5.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente;

5.7. Na presente licitação, a Micro empresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional;

5.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição;

5.8.1.O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação;

5.8.2.Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

5.8.3.Caso o critério de julgamento seja o de menor preço por lote, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no item 4.9.

5.9. O descumprimento das regras supra mencionado pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobre preço na execução do contrato.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor global, e sua proposta realinhada não poderá ultrapassar os valores unitários da planilha;

6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de 0,1 ou 0,1%.

6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

6.10. O pregoeiro poderá com base na IN73/22 art. 21 §4º, poderá, durante a disputa, como medida excepcional, excluir a proposta ou o lance que possa comprometer, restringir ou frustrar o caráter competitivo do processo licitatório, mediante comunicação eletrônica automática via sistema.

6.11. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

6.12. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "aberto", os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

6.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

6.12.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviado nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.12.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

6.13. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "aberto e fechado", os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

6.13.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

6.13.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.13.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

6.13.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.13.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.14. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "fechado e aberto", poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das

propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.

6.14.1. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 6.14, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.

6.14.2. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

6.14.3. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviado nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.14.4. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

6.14.5. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.14.6. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.15. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.16. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.17. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.18. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.19. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente depois de decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.20. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.21. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria micro empresas e empresas de pequeno porte

participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

6.21.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta, ou melhor, lance será considerado empatado com a primeira colocada.

6.21.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.21.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.21.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas micro empresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos sub itens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.22. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

6.22.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

6.22.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.22.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

6.22.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

6.22.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.22.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.22.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

6.22.2.2. empresas brasileiras;

6.22.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.22.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

6.23. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.23.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.23.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.23.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.23.4. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.23.5. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.24. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7. DA FASE DE JULGAMENTO

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 3.6 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1. SICAF;

7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

7.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

7.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

7.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, caput)

7.3.1.A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).

7.3.2.O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).

7.3.3.Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.4. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 3.4.1 e 4.5 deste edital.

7.5. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

7.6. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.6.1.contiver vícios insanáveis;

7.6.2.não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

7.6.3.apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

7.6.4.não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.6.5.apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.7. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

7.7.1.A inexequibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

7.7.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

7.7.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.8. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta do arrematante, através da planilha de composição de custos unitários, no prazo de até 02 (duas) horas.

7.9. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

7.10. ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

7.10.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

7.10.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.11. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

7.12. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

7.13. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

7.14. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

7.15. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

8.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2. Toda documentação de habilitação que trata o item 8 deste edital, deverão ser encaminhados via sistema, quando solicitado pelo pregoeiro apenas do arrematante no prazo de até 30 (trinta) minutos, podendo ser prorrogado por até 10 (dez) minutos se solicitado e caso entenda o pregoeiro que seja pertinente.

8.2.1.A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico financeiro, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

HABILITAÇÃO JURÍDICA

8.2.2.Registro comercial ou documento equivalente, no caso de empresário individual;

8.2.3.Ato constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

8.2.4.Os documentos deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

8.2.5.Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

8.2.6.Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

8.2.7.documento de identificação do proprietário ou dos sócios da empresa licitante.

REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

8.2.8.prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ), mediante apresentação do cartão do CNPJ, extraído da internet;

8.2.9.prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, do domicílio ou da sede da licitante, relativo à atividade objeto do certame;

8.2.10. Alvará de funcionamento da empresa licitante, dentro do prazo de validade;

8.2.11. prova de regularidade para com a Justiça do Trabalho, mediante apresentação da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT);

8.2.12. prova de regularidade para com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede da licitante;

8.2.13. é prova de regularidade para com a Fazenda Federal, a Certidão de débitos relativos à créditos tributários e dívida ativa da união - CND, conforme Portaria 1.751, de 02/10/14 -SRCB/PGFN;

8.2.14. Certificado de Regularidade junto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);

8.2.15. comprovação de situação regular junto aos cadastros da administração pública, mediante apresentação da Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica, obtida no endereço eletrônico <https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br>;

8.2.16. comprovação de situação regular, relativa aos seus sócios, ou da diretoria em exercício, no caso de sociedades civis, junto ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS e ao Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP, ambas obtidas no endereço eletrônico <http://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes>;

8.2.17. comprovação de situação regular, relativa aos seus sócios, ou da diretoria em exercício, no caso de sociedades civis, junto ao Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa - CNIA, disponível no endereço eletrônico http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php.

8.2.18. As certidões de comprovação da regularidade fiscal e trabalhista das licitantes deverão ser apresentadas dentro do prazo de validade estabelecido em lei ou pelo órgão expedidor, ou, na hipótese de ausência de prazo fixado, deverão estar datadas dos últimos 90 (noventa) dias, contados da data da abertura da sessão pública.

8.2.19. As ME/EPP deverão apresentar Declaração de Enquadramento, conforme modelo constante no ANEXO III deste edital, como também toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, nos termos do art. 43 da LC nº 123/06.

8.2.20. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal de ME/EPP será assegurado a estas o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da administração, para a regularização da documentação e apresentação de novas certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

8.2.21. A declaração do vencedor do certame acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação, aguardando-se os prazos de regularização fiscal para a abertura da fase recursal.

8.2.22. Em decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 156, da Lei nº 14.133, de 01/04/2021, sendo facultado à administração convocar as licitantes remanescentes para a assinatura da ata, ou revogar a licitação.

QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

8.2.23. A habilitação econômico-financeira visa a demonstrar a aptidão econômica do licitante para cumprir as obrigações decorrentes do futuro contrato, devendo ser comprovada de forma objetiva, por coeficientes e índices econômicos previstos no edital, devidamente justificados no processo licitatório, e será restrita à apresentação da seguinte documentação:

8.2.24. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais;

8.2.25. certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante.

8.2.26. Para as empresas optantes pelo Simples Nacional, poderá essas apresentar o extrato do Simples Nacional do último ano 2022 (mês a mês) em substituição ao balanço.

8.2.27. Certidão Negativa de Processo Judicial Eletrônico (PJE) da sede da Pessoa Jurídica para fins de participação em licitação, dentro do prazo de validade constante no documento.

QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

8.2.28. Qualificação Técnica

8.2.29. Atestado(s) de Capacidade Técnica, emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que o licitante fornece ou forneceu bens de natureza compatível com o(s) objeto(s) do(s) lote(s) arrematado(s);

8.2.30 Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similar equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado totalizando 50% da totalidade dos livros a serem adquiridos conforme art. 67, §1º da lei nº 14.133.

8.2.31 Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

OUTROS DOCUMENTOS OBRIGATÓRIOS

8.2.32. Sob pena de inabilitação a licitante deverá apresentar, ainda, os seguintes documentos:

8.2.33. Declaração de Desimpedimento de Licitar, conforme modelo constante no ANEXO IV, deste edital, através da qual assevera, sob as penas da lei:

8.2.34. que atende aos requisitos de habilitação, respondendo pela veracidade das informações prestadas;

8.2.35. que não existe fato impeditivo à sua habilitação nesta licitação, inclusive quanto as hipóteses de impedimento previstas no art. 14, da Lei Federal nº 14.133/2021;

8.2.36. que não possui entre seus proprietários, nenhum agente público ou agente político do Município de Lagoa Grande;

8.2.37. que dispõe de condições e disponibilidade de pessoal para executar o objeto desta licitação, caso seja vencedora;

8.2.38. que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infra legais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas;

8.2.39. que tomou conhecimento de todas as informações relacionadas à este certame, inteirando-se das condições técnicas e da complexidade do objeto, garantindo o cumprimento de todas as obrigações principais e acessórias;

8.2.40. que cumpre todos os requisitos exigidos para habilitação, quanto às condições de qualificação jurídica, técnica, econômico-financeira e regularidade fiscal;

8.2.41. que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;
8.2.38. que cumpre, em sua integralidade, os dispositivos da Lei Federal nº. 9854/99 e do inc. XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, no que se refere ao trabalho de menores.

8.2.42. Todos os documentos deverão estar em nome da licitante proponente e, preferencialmente, com número do CNPJ e com o endereço respectivo, observando ainda o que segue, conforme preceitua a legislação vigente:

8.2.43. se o proponente for matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz;

8.2.44. se o proponente for filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

8.2.45. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

8.2.46. assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo.

8.2.47. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

8.2.48. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

8.2.49. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

8.2.50. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.2.51. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infra legais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.2.52. A habilitação poderá ser verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

8.2.53. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).

8.2.54. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. (IN nº 3/2018, art. 7º, caput).

8.2.55. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. (IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único).

8.2.56 A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.2.57. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de até 02 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

8.2.58 Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observada o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

8.2.59. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

8.2.60. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.2.61. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

8.2.62. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º):

8.2.63. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

8.2.64. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

8.2.65 Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo- fi b e classificação.

8.2.66 Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital.

8.2.67 Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

8.2.68. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).

8.2.69. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de até 05 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

9.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

(a) a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e

(b) a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

9.3. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

9.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

9.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

9.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

9.7. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

10. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

10.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

10.1.1. dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e

10.1.2. dos licitantes que mantiverem sua proposta original.

10.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

10.2.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

10.2.2. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

10.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

10.3.1. quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

10.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

10.4.1. convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

10.4.2. adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

11. DOS RECURSOS

11.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

11.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

11.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

11.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos;

11.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

11.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

11.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

11.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

11.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico deste Município.

12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

12.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

12.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:

12.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

12.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

12.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

12.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

12.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

12.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

12.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

12.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação.

12.1.5. fraudar a licitação

12.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

12.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

12.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

12.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

12.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

12.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

12.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

12.2.1. advertência;

12.2.2. multa;

12.2.3. impedimento de licitar e contratar e

12.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

12.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

12.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.

12.3.2. as peculiaridades do caso concreto

12.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes

12.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública

12.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.4. A multa será recolhida em percentual de até 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, a contar da comunicação oficial.

12.4.1. Para as infrações previstas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3, a multa será de 15% do valor do contrato licitado.

12.4.2. Para as infrações previstas nos itens 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6, 12.1.7 e 12.1.8, a multa será de 30% do valor do contrato licitado.

12.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

12.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

12.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

12.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6, 12.1.7 e 12.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

12.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 12.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

12.10. A apuração de responsabilidade relacionada às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado

da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

12.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

12.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

12.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

13.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

13.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

13.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pela plataforma: [BNC - Bolsa Nacional de Compras](http://www.bnc.org.br) www.bnc.org.br.

13.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

13.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

13.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

14.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

14.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

14.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

14.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

14.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

14.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

14.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

14.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

14.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico [BNC - Bolsa Nacional de Compras](http://www.bnc.org.br) www.bnc.org.br.

14.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

14.11.1. ANEXO I - Termo de Referência

14.11.2. ANEXO II – Estudo Técnico Preliminar

14.11.3. ANEXO III- Mapa de risco

14.11.4. ANEXO IV- Modelo de proposta de preço

14.11.4. ANEXO V – Modelo de declaração formal

14.11.5. ANEXO VI – Modelo de declaração que não emprega menor

14.11.6. ANEXO VII – Minuta de Ata de Registro de Preços

Lagoa Grande/PE, 26 de novembro de 2025.

Samara Martins

Responsável pela elaboração

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

18. 1.DO OBJETO

1.1 O objeto do presente procedimento licitatório é a formação de registro de preços para contratação de empresa especializada no fornecimento de material de construção destinados a atender a secretaria Municipal de Saúde e demais programas e serviços vinculados, conforme descrição e quantitativos em anexo.

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTD
1	ARAME GALVANIZADO 12 2,77MM	KG	20
2	AREIA FINA PARA REBOCO	M³	200
3	AREIA GROSSA	M³	100
4	ARGAMASSA EXTERNA AC2 20KG	PCT	100
5	ARGAMASSA INTERNA AC1 20KG	PCT	70
6	ARGAMASSA PISO SOBRE PISO AC3 20 KG	PCT	300
7	BLOCO DE GESSO 50X67CM	M³	300
8	BRITA Nº 12	M³	50
9	BRITA Nº 19	M³	50
10	BROXA PINTURA - MATERIAL BASE: MADEIRA, MATERIAL CERDAS: NYLON, APLICAÇÃO: PINTURA E CAIAÇÃO, COMPRIMENTO: 19,6 CM, LARGURA: 5,6 CM, MATERIAL CABO: MADEIRA, FORMATO: RETANGULAR	UND	50
11	BUCHA COM O PARAFUSO 10MM	UND	500
12	CABO DE ROLO 23 CM	UND	30
13	CADEADO 40MM EM LATÃO MACIÇO, HASTE MÉDIA EM AÇO CEMENTADO E CROMADO, DUAS CHAVES EM LATÃO NIQUELADAS.	UND	30
14	CADEADO MATERIAL: LATÃO MACIÇO, ALTURA: 50 MM, LARGURA: 25 MM, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: CORPO, PINOS E CONTRA PINOS EM LATÃO, MATERIAL HASTE: AÇO	UND	30
15	CAIBRO DE MADEIRA, CUIUBA, SECAO 5X5CM	METR.	500
16	CAL MATERIAL: CARBONATO DE CÁLCIO, APRESENTAÇÃO: PÓ, APLICAÇÃO: CONSTRUÇÃO EM GERAL, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: LAVAVEL APÓS 48H - SACO 5 KG	PCT	300
17	REVESTIMENTO CERÂMICO - APLICAÇÃO: PISOS EM GERAL, CLASSE ABRASÃO: PEI 4, COMPRIMENTO: 43 CM, LARGURA: 43 CM	M³	150

18	REVESTIMENTO PISO MATERIAL: CERÂMICA, APLICAÇÃO: PISOS EM GERAL, LARGURA: 50 CM, COMPRIMENTO: 50 CM, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: ESMALTADO, PADRÃO: PEI 4	M³	200
19	CERAMICA PASTILHA 10X10 COR AZUL	M³	500
20	CIMENTO DE USO GERAL (REBOCO, CONCRETO CONVENCIONAL, CONTRAPISO, LAJES) TIPO CP IV 32, SACO DE 50KG	PCT	200
21	COLA A BASE DE RESINA EPÓXI 16G	UND	30
22	COLA PARA MADEIRAS PVC LATA 500G	UND	20
23	COLA SILICONE ALTA TEMPERATURA 50G	UND	50
24	COLUNA DE FERRO ARMADA 3/8 - COLUNA DE 06 METROS - COLUNA DE FERRO ARMADA 3/8 - COLUNA DE 06 METROS	UND	30
25	COLUNA DE FERRO COM VERGALHAO 5/16, 7X14 COM 6 METROS - COLUNA DE FERRO COM VERGALHAO 5/16, 7X14 COM 6 METROS	UND	30
26	DESENGRIPANTE LUBRIFICANTE MULTIUSO SPRAY, EMBALAGEM DE NO MINIMO DE 300ML	UND	50
27	CORDA - CORDA - MATERIA-PRIMA: POLIAMIDA; DIAMETRO: 12MM; TIPO: TRANÇADA COM TRES CAPAS E ALMA	UND	200
28	DISCO CORTE - MATERIAL: AÇO, DIÂMETRO: 4 1/2 POL, DIÂMETRO FURO: 7/8 POL, APLICAÇÃO: AÇO E LIGAS MATERIAIS FERROSOS EM GERAL	UND	30
29	DISCO CORTE FINO 7X1/16X7/9	UND	30
30	DOBRADIÇA PORTA - DOBRADIÇA PORTA, MATERIAL AÇO, TRATAMENTO SUPERFICIAL CROMADO, ALTURA 1 1/2 POL, LARGURA 3 POL, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS COM PARAFUSOS	UND	50
31	ESCADA - MATERIAL: ALUMÍNIO, TIPO: DOBRÁVEL, QUANTIDADE DE GRAUS: 7 UN, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: DEGRÁUS E PATAMAR EMBORRACHADOS ANTI-DERRAPANTE	UND	5
32	ESPAÇADOR PARA PISOS E AZULEJOS 5MM, PACOTE COM 100 PEÇAS.	UND	50
33	ESPÁTULA DE AÇO; CONFECCIONADA EM AÇO SAE 1045; LISA E FLEXÍVEL; CABO DE MADEIRA; TAMANHO: 10CM.	UND	20
34	FECHADURA - FECHADURA MATERIAL CAIXA: AÇO, ACABAMENTO SUPERFICIAL: CROMADO, COMPONENTES: 2 CHAVES EM LATÃO NIQUELADO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: MAÇANETA TIPO ALAVANCA, TIPO: INTERNA/EXTERNA, APLICAÇÃO: PORTA	UND	150
35	GESSO EM PÓ SACO 40KG	PCT	50

36	IMPERMEABILIZANTE, COMPOSIÇÃO BÁSICA EMULSÃO ACRÍLICA, FUNÇÃO IMPERMEABILIZAÇÃO DE LAJES, ALICERCES, PAREDES, APLICAÇÃO CONSTRUÇÃO CIVIL, CONSUMO 360 A 400 MG, POR DEMÃO, COR BRANCA, BALDE 18 LITROS.	UND	40
37	LINHA SIMPLIFICADA, MADEIRA NAVAL, COMPRIMENTO: 2,10 M, COR: BEGE, ESPESSURA: 35 MM, LARGURA: 1,20 M, LINHA SIMPLIFICADA	M	100
38	LIXA - MATERIAL: ÓXIDO ALUMÍNIO, TIPO: LIXA FERRO, APRESENTAÇÃO: FOLHA, TIPO GRÃO: 100, COMPRIMENTO: 275 MM, LARGURA: 225 MM	UND	300
39	LIXA - COMPRIMENTO: 23 CM, TIPO: LIXA FERRO, LARGURA: 28 CM, APRESENTAÇÃO: FOLHA, TIPO GRÃO: 120	UND	300
40	LIXA - LIXA MATERIAL: CARBURETO SILÍCIO, COMPRIMENTO: 275 MM, TIPO: LIXA FERRO, LARGURA: 225 MM, APRESENTAÇÃO: FOLHA, TIPO GRÃO: 150	UND	300
41	FOLHA DE LIXA PARA MADEIRAS, COR VERMELHA, COSTADO EM PAPEL, GRAMATURA Nº 100, MEDIDAS ENTRE 225 A 230 X 275 A 280 MM.	UND	500
42	FOLHA DE LIXA PARA MADEIRAS E MASSAS, COR VERMELHA, COSTADO EM PAPEL, GRAMATURA Nº 120, MEDIDAS ENTRE 225 A 230 X 275 A 280 MM.	UND	500
43	FOLHA DE LIXA PARA MADEIRAS E MASSAS, COR VERMELHA, COSTADO EM PAPEL, GRAMATURA Nº 80, MEDIDAS ENTRE 225 A 230 X 275 A 280 MM.	UND	500
44	LONA - MATERIAL: POLIETILENO ALTA DENSIDADE, APLICAÇÃO: COBERTURA MATERIAIS / MERCADORIAS, COMPRIMENTO: MÍNIMO DE 5 M, COR: AZUL, TIPO: IMPERMEÁVEL, LARGURA: MÍNIMO DE 4 M	UND	20
45	MASSA ACRÍLICA PARA USO EXTERNO E INTERNO- BALDE PLÁSTICO COM 25KG	UND	100
46	MASSA ADESIVA PLASTICA 400G	UND	20
47	MASSA CORRIDA BALDE 25KG	UND	200
48	PARAFUSO - PARAFUSO PARA FIXAÇÃO DE VASO / TANQUE, DE LATÃO, COM ARRUELA, COM BUCHA S12 - CROMADA	UND	200
49	PARAFUSO COM BUCHA 10MM	UND	500
50	PIA, MATERIAL AÇO INOX 304, COMPRIMENTO 120 CM, LARGURA 53 CM, QUANTIDADE CUBAS 1 UN	UND	25

51	PIA - MATERIAL: MÁRMORE, TIPO: SINTÉTICO, COMPRIMENTO: 150 CM, LARGURA: 60 CM, QUANTIDADE CUBAS: 1 UN, PROFUNDIDADE CUBAS: 14 CM,	UND	20
52	PORTA - ACABAMENTO SUPERFICIAL: SEMI OCA, PADRÃO MADEIRA: MISA, COMPRIMENTO: 2,10 CM, ESPESSURA: 3 CM, TIPO: LISA, LARGURA: 80 CM	UND	30
53	PORTA - PORTA SEMI OCA, PADRÃO MADEIRA: MISTA, COMPRIMENTO: 2,10 CM, ESPESSURA: 3 CM, TIPO: LISA, LARGURA: 90 CM	UND	30
54	PORTA - PORTA SEMI OCA, PADRÃO MADEIRA: MISTA, COMPRIMENTO: 2,10 CM, ESPESSURA: 3 CM, TIPO: LISA, LARGURA: 60 CM	UND	25
55	PORTA - PORTA SEMI OCA, PADRÃO MADEIRA: MISTA, COMPRIMENTO: 2,10 CM, ESPESSURA: 3 CM, TIPO: LISA, LARGURA: 70 CM	UND	25
56	PREGO COM CABEÇA 17 X 27 -PACOTE 1KG	KG	20
57	REJUNTE FLEXÍVEL 1KG	UND	300
58	RIPA MATERIAL: MADEIRA, ESPÉCIE: EUCALIPTO, COMPRIMENTO: 4 M, ESPESSURA: 2 CM, LARGURA: 5 CM.	M	500
59	ROLO DE LA ANTIRESPINGO 23CM	UND	50
60	ROLO PINTURA PREDIAL - ROLO DE LÃ DE CARNEIRO 15CM CARACTERÍSTICAS: - ANTI-RESPINGO; - ACONDICIONADO EM SACO PLASTICO LACRADO; - COM CABO DE PVC	UND	25
61	ROLO PINTURA PREDIAL - ROLO DE LÃ DE CARNEIRO 9CM CARACTERÍSTICAS: - ANTI-RESPINGO; - ACONDICIONADO EM SACO PLASTICO LACRADO; - COM CABO DE PVC	UND	25
62	PINCEL PINTURA PREDIAL MATERIAL CERDAS: GRIS, TAMANHO: 1 POLEGADA, MATERIAL CABO: MADEIRA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: ALTA RESISTENCIA	UND	30
63	SELADOR ACRILICO 18 LITROS BRANCO	UND	50
64	SOLVENTE - THINNER REDUTOR DE 1ª DE 5 LITROS. VALIDADE MÍNIMA DE 2 ANOS.	UND	50
65	TELHA MATERIAL: CERÂMICA, TIPO: COLONIAL, COMPRIMENTO: 38 CM, LARGURA: 24 CM, ACABAMENTO SUPERFICIAL: NATURAL, ESPESSURA: 0,50 MM.	UND	10000
66	TINTA ACRÍLICA LÁTEX PREMIUM, BASE ÁGUA, BRANCO TINTA LATEX, PARA PAREDE, COMPOSIÇÃO À BASE DE RESINA ACRÍLICA, (EMBALAGEM 18L).	UND	100

67	TINTA ACRÍLICA LÁTEX PREMIUM, BASE ÁGUA, BRANCO NEVE TINTA LATEX, PARA PAREDE, COMPOSIÇÃO À BASE DE RESINA ACRÍLICA, (EMBALAGEM 18L).	UND	100
68	TINTA ACRÍLICA, ACABAMENTO SEMI BRILHO. COR BRANCO NEVE LINHA ECONÔMICA. LATA/BALDE 3,6 LITROS EXTERNA	UND	50
69	TINTA ACRÍLICA, ACABAMENTO SEMI BRILHO. COR BRANCO NEVE LINHA ECONÔMICA. LATA/BALDE 3,6 LITROS INTERNA	UND	50
70	TINTA PINTURA PREDIAL - TINTA ACRILICA PARA PISO 18L - COR CINZA CLARO.	UND	30
71	TINTA ESMALTE SINTETICO, APLICAÇÃO: PINTURA DE MADEIRAS E METAIS; COMPOSIÇÃO: BASE SOLVENTE; COR: BRANCO NEVE; ACABAMENTO: BRILHANTE; UNIDADE DE FORNECIMENTO: GALÃO COM 3,6L.	UND	200
72	TINTA SPRAY COR PRETA ESPECÍFICA PARA PINTURA DE METAIS, LATA 400ML	UND	30
73	TINTA SPRAY COR BRANCA ESPECÍFICA PARA PINTURA DE METAIS, LATA 400ML	UND	30
74	TINTA SPRAY COR VERMELHO ESPECÍFICA PARA PINTURA DE METAIS, LATA 400ML	UND	30
75	TORNEIRA DE METAL CROMADA, BICA ALTA E MOVEL, FIX NA PAREDE - TORNEIRA, DE METAL, COM ACABAMENTO CROMADO, VOLANTE COM HASTE DE METAL COM 1/4 DE VOLTA, BICA DO TIPO ALTA E MOVEL, FIXACAO NA PAREDE, COM ENCAIXE ROSCAVEL DE 20MM, COM REDUTOR PARA ENCAIXE DE 15MM, BITOLA DA SAIDA 15MM.	UND	50
76	TORNEIRA PVC 1/2 PARA JARDIM - COM ADAPTADOR 3/4, NA COR PRETA - TORNEIRA PVC 1/2 PARA JARDIM - COM ADAPTADOR 3/4, NA COR PRETA.	UND	200

2. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

2.1 A estimativa dos valores unitários e/ou globais da contratação, com base pesquisa de banco de preços feita pela Administração Pública, a fim de realizar o levantamento do eventual gasto com a solução escolhida (de modo a avaliar a viabilidade econômica da opção) é de **CARÁTER SIGILOSO** exceto para órgãos de controle interno e externo, conforme preceitua o art. 24. I da lei 14.133/21.

2.2 No preço proposto deverá estar incluído todos os tributos e despesas necessárias do produto, bem como quaisquer outras despesas relativas ao mesmo que por ventura forem necessárias do licitante.

2.3 O produto deverá ser de alta qualidade, revisados, com excelente embalagem, sem falhas ou quaisquer outras avarias, de excelente resistência e de modo a proporcionar uma boa execução do produto, sendo entregue obedecendo rigorosamente as cláusulas do Edital e seus anexos.

3. LOCAIS DE ENTREGA E REGRAS PARA RECEBIMENTO

3.1 As despesas com transportes, fretes, bem como qualquer outro custo relacionado à entrega do produto é de total responsabilidade da Contratada.

3.2 O local de entrega constará na Ordem de Fornecimento expedida pela secretaria Municipal de Saúde.

3.3 Os itens serão recebidos de forma parcelada juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

3.4 Os itens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias corridos, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

3.5 O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

3.7 O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

3.8 No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do artigo 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertence à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

3.9 O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

3.10 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

5. DA FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

5.1 A fundamentação da contratação encontra lastro na exigência legal do artigo 18, inciso II e parágrafo 1º do artigo 40 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e o Decreto Municipal nº 006 de 01 de fevereiro de 2024, que regulamenta, no âmbito do Poder Executivo do Município de Lagoa Grande/PE, remetendo-se ao anexo Estudo Técnico Preliminar – ETP que se qualifica como documento constitutivo da primeira etapa do planejamento da contratação.

6. NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

6.1 A presente contratação tem por objetivo o fornecimento de materiais de construção destinados à execução de reformas, ampliações, reparos e manutenções em prédios públicos vinculados à Administração Municipal. A aquisição se faz necessária para garantir a continuidade e a qualidade dos serviços prestados à população, considerando que diversas unidades se encontram com demandas estruturais que comprometem o bom funcionamento das atividades.

O fornecimento desses materiais é imprescindível para atender às necessidades imediatas e futuras de manutenção, possibilitando a preservação do patrimônio público, o atendimento às normas de segurança, acessibilidade e salubridade, além de assegurar melhores condições de trabalho aos servidores e de atendimento à comunidade.

7. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

7.1 Consideramos como requisitos da contratação necessários e suficientes à escolha da solução. Os itens estão em conformidade com a descrição sumária e descrição completa, atendendo, também, aos padrões de qualidade do mercado, demandas legais e regulatórias, bem assim utilização de processos padronizados para fabricação dos itens.

8. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

8.1 A solução proposta busca garantir a aquisição de insumos de qualidade e em quantidade suficiente para assegurar a continuidade dos serviços públicos, evitando interrupções e proporcionando melhores condições de trabalho e atendimento à população.

Os materiais a serem fornecidos abrangem, de forma geral de material de construção, itens como cimento, areia, brita, tijolos, blocos, telhas, argamassa, cal, madeiras, tintas, pregos, parafusos, entre outros correlatos necessários para a execução das atividades de construção civil.

Com a contratação, pretende-se obter maior eficiência na gestão de recursos públicos, bem como assegurar a padronização dos insumos utilizados, possibilitando obras e serviços com melhor durabilidade, segurança e acabamento. Assim, a solução como um todo consiste em viabilizar o fornecimento contínuo e regular de materiais de construção que garantam o pleno funcionamento das ações de manutenção e melhorias da infraestrutura pública municipal.

9. DA EXECUÇÃO DO OBJETO

9.1 O contrato deverá produzir os resultados pretendidos desde o seu início até o seu encerramento, devendo ser observada a gestão do contrato no item subsequente.

10. DA GESTÃO DO CONTRATO

10.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas dispostas da Lei Federal nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

10.2 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

10.3 As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

10.4 O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

10.5 Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

10.6 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos na forma do disposto no artigo 117, caput, da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

10.8 O fiscal do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º.)

10.9 O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021.

12. DA LIQUIDAÇÃO

12.1 Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

12.2 Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado

providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

12.3 A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

12.4 A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

12.5 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação por e-mail de sua responsabilidade o acompanhamento pelo mesmo, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

12.6 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

12.7 Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa. Todo andamento do processo será encaminhado por email, ficando a empresa com a responsabilidade pelo acompanhamento.

12.8 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

13. PRAZO E FORMA DE PAGAMENTO

13.1 O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, consideradas as disponibilidades orçamentárias e financeiras do Município.

13.2 O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado, salvo procedimento diverso adotado pelo setor fazendário e financeiro do Município.

13.3 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

13.4 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

13.4 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

13.5 O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

14. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

ü Forma de seleção e critério de julgamento da proposta e modo de disputa

14.1 O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO GLOBAL levando em consideração a logística do objeto em questão.

14.2- A Prestação de Serviço inclusa no Objeto do presente Termo deverá ser realizado por meio de licitação na forma eletrônica, utilizando os modos de disputa:

ABERTO E FECHADO - os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações, conforme o critério de julgamento adotado no edital.

ü Exigências de habilitação

14.2 Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

a) Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

b) Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

c) Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

d) Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

e) Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

f) Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

g) Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

14.3 Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas, conforme o caso;
- b) Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;
- c) Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- d) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- e) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes *Estadual e municipal* relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- f) Prova de regularidade com a Fazenda *Estadual e municipal* do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- g) Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos *Estadual e municipal* relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

14.4 O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

- a) Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea "c", da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;
- b) Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);
- c) Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), comprovados mediante a apresentação pelo licitante de balanço patrimonial, demonstração de

resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais e obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

I - Liquidez Geral (LG) = (Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo) / (Passivo Circulante + Passivo Não Circulante);

II - Solvência Geral (SG) = (Ativo Total) / (Passivo Circulante + Passivo não Circulante); e

III - Liquidez Corrente (LC) = (Ativo Circulante) / (Passivo Circulante).

14.5 O valor total estimado da parcela pertinente.

14.6 As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

14.7 O balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, §6º)

14.8 O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

Qualificação Técnica

a) 14.9 Atestado(s) fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, que comprovem ter o licitante cumprido, de forma satisfatória, a realização dos fornecimentos com o serviço compatível com o objeto licitado;

14.10 - No (s) referido (s) atestado deverá, obrigatoriamente, constar a razão social/CNPJ/endereço/contato/nome e cargo de quem o emitiu.

14.11 Não serão aceitos atestados emitidos por empresas do mesmo grupo empresarial ou pelo próprio concorrente.

14.12 - Os atestados poderão ser diligenciados;

14.13 Admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

14.14 Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

14.15 O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

14.16 Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

a) A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão

domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

b) A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

c) A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

d) O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

e) A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e

f) Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: 1. ata de fundação; 2. estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; 3. regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; 4. editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; 5. três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e 6. ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

g) A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

17. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

17.1 A estimativa de despesa foi calculada na forma estabelecida no artigo 23 da Lei Federal n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, abaixo estruturada.

17.2 ESTIMAMOS que a DESPESA total decorrente da execução do presente certame estimado da contratação está compatível com os valores praticados pelo mercado, em atendimento ao disposto nos artigos 23 da Lei Federal n.º 14.133, de 1º de abril de 2021.

17.3 No caso do presente processo, adotou-se os seguintes parâmetros:

17.3.1 composição de custos unitários menores ou iguais à mediana do item correspondente no painel para consulta de preços ou no banco de preços em saúde disponíveis no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

19. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

19.1 A contratação será atendida pela seguinte dotação orçamentária:

SECRETARIA DE SAÚDE

SUBFUNÇÃO: 122

PROGRAMA: 1001

AÇÃO: 2.50

ELEMENTO: 33.90.00

FONTE DE RECURSO: 202

DESPESA: 175

ATENÇÃO BÁSICA

SUBFUNÇÃO: 301

PROGRAMA: 1003

AÇÃO: 2.52

ELEMENTO: 33.90.00

FONTE DE RECURSO: 202 / 220

DESPESA: 195 /193

HOSPITAL

SUBFUNÇÃO: 302

PROGRAMA: 1004

AÇÃO: 2.53

ELEMENTO: 33.90.00

FONTE DE RECURSO: 220/202

DESPESA: 208/209

19.DA VIGÊNCIA

19.1 O prazo de vigência da ata de registro de preços será de **12 (doze) meses**, contados da assinatura do Contrato, podendo ser prorrogado.

20. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

20.1 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado;

20.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas;

23.3 Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas.

20.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

20.5. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidas;

20.6. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei;

2.07. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

20.8 Notificar as empresas por email quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais, sendo de responsabilidades das mesmas o acompanhamento.

20.9. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

21. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

21.2. Entregar o objeto devidamente como licitado;

21.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

21.4. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

21.5. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

21.6. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

21.7. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

21.8. O contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

21.9. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

21.10. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

21.11. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

21.12. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação.

22. DAS SANÇÕES APLICÁVEIS

22.1 Nos termos do disposto no artigo 155 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, o descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pela CONTRATADA, sem justificativa aceita, poderá acarretar as seguintes sanções:

- a) Dar causa à inexecução parcial do contrato;
- b) Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, o funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) Dar causa à inexecução total do contrato;
- d) Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- e) Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- f) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- g) Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- h) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

22.2 Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas acima, as seguintes penalidades, nos limites previstos no art. 156 da Lei Federal 14.133/2021.

- a) O valor da multa, aplicada será descontado imediatamente no pagamento subsequente, sendo ainda aplicado juros de mora de 1,00% (um por cento) ao mês, ou 0,0333% por dia de atraso.
- b) Na impossibilidade de desconto no pagamento subsequente, será liquidado do seguro caução previsto neste instrumento.
- c) As sanções previstas nestes instrumentos poderão ser aplicadas cumulativamente, exceto as multas escalonadas por datas, e a multa de advertência.
- d) No caso de multa, cuja apuração ainda esteja em processamento, ou seja, na fase da defesa prévia, o CONTRATANTE poderá fazer a retenção do valor correspondente à multa, até a decisão final da defesa prévia. Caso a defesa prévia seja aceita, ou aceita parcialmente, pelo CONTRATANTE, o valor retido correspondente será depositado em favor da CONTRATADA, em até 05 (cinco) dias úteis a contar da data da decisão final da defesa apresentada.

Lagoa Grande/PE, 26 de novembro de 2025.

Wanielly fabryne de Araújo Gomes
Resp. Elaboração Termo de Referência

ANEXO II**ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR (ETP)****UNIDADE REQUISITANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE****1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

Do fundamento legal: Art. 18, inciso I e §1º, da Lei nº 14.133/2021.

Da regulamentação: Decreto Municipal nº 006/2024, de 1º de fevereiro de 2024, que disciplina a gestão e a fiscalização dos contratos no âmbito da Administração Pública Municipal direta, autárquica e fundacional e estabelece as atribuições do gestor e do fiscal de contrato, nas áreas de que trata a Lei nº 14.133/2021.

Das exceções à elaboração do ETP: A elaboração do ETP é facultada nas hipóteses dos incisos I, II, VII e VIII do art. 75 da Lei nº 14.133/2021, sendo dispensada na hipótese do inciso III do art. 75 do mesmo diploma legal, bem como nos casos de prorrogações dos contratos de serviços e fornecimentos contínuos.

Da definição normativa: Nos termos do art. 6º, inciso XX, da Lei nº 14.133/2021, define-se o Estudo Técnico Preliminar (ETP) como o documento constitutivo da primeira etapa do planejamento de uma contratação que caracteriza o interesse público envolvido e a sua melhor solução e dá base ao anteprojeto, ao termo de referência ou ao projeto básico a serem elaborados caso se conclua pela viabilidade da contratação.

Do objeto da pretensa contratação: O presente estudo tem como objeto o fornecimento/aquisição de material de construção destinados a Secretaria Municipal de Saúde do Município de Lagoa Grande/PE e demais Serviços vinculados, com entrega parcelada, conforme descrição, quantitativos e demais obrigações especificadas em planilha anexa.

Da modalidade de licitação: Observada as disposições legais referidas no art. 28 da Lei nº 14.133/2021, além dos procedimentos auxiliares previstos no art. 78 da mesma lei, entende-se que a modalidade **PREGÃO** é a mais adequada ao pretendido certame, com amparo no **Sistema de Registro de Preço**.

Da responsabilidade pelo planejamento: O presente estudo ficará a cargo de servidor(es) designado(s) pela área técnica requisitante, consoante assinaturas abaixo, podendo, ainda, ser elaborado por eventual equipe de contratação, a quem incumbirá o planejamento desta etapa preliminar, consignando todas as considerações técnicas, mercadológicas e de gestão que podem interferir na pretendida contratação.

2. DA NECESSIDADE DE CONTRATAÇÃO

Considerando a demanda contínua por serviços de manutenção, reparos e pequenas reformas nas unidades pertencentes à Administração Pública Municipal, verifica-se a necessidade de contratação de **material de construção**, com vistas a garantir a adequada conservação do patrimônio público e a manutenção das atividades administrativas, educacionais e de saúde, sem prejuízo à prestação dos serviços essenciais à população.

A contratação dos materiais de construção se justifica pela necessidade de atender prontamente às demandas das secretarias e unidades vinculadas, possibilitando intervenções rápidas em situações emergenciais, como consertos de infiltrações, substituição de pisos, reparos em telhados, muros, instalações hidráulicas e elétricas, bem como adequações estruturais exigidas pelos órgãos de fiscalização.

Dessa forma, a aquisição se mostra indispensável para assegurar condições adequadas de uso dos prédios públicos, evitar a deterioração das instalações, garantir a segurança dos servidores e usuários, além de promover a economicidade, visto que a realização de reparos preventivos e corretivos reduz custos futuros com reformas de maior porte.

3. DO ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO

Em decorrência da transição entre os regimes legais (Lei nº 8.666/1993 e a Lei nº 14.133/2021), esta Administração Pública Municipal ainda não concluiu a elaboração do Plano de Contratação Anual (PCA), cuja conclusão está prevista até a primeira quinzena de junho do corrente ano, conforme Decreto Municipal nº 006/2024, notadamente o art. 16 do referido regulamento. *In verbis*:

Art. 16. Até a primeira quinzena de junho do ano de elaboração do Plano de Contratações Anual, as Secretarias ou quaisquer entidades com unidades de execução descentralizada elaborarão os seus Planos de Contratações Anual, os quais conterão todas as contratações que pretendem realizar ou renovar no exercício subsequente, na forma do art. 105 da Lei nº 14.133/21 e, incluídas as contratações diretas, que serão objeto de consolidação posterior em documento único pela Secretaria de Orçamento, Planejamento e Gestão e posterior aprovação pela autoridade competente do órgão ou entidade ou a quem esta delegar.

Ressalta-se, por oportuno, que a pretendida contratação está alinhada com o Plano Plurianual (PPA) desta municipalidade, cujas dotações ficarão a cargo da respectiva unidade orçamentária.

4. DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Para o problema indicado ser solucionado, entende-se necessário que a contratação apresente os seguintes requisitos:

- a) Os materiais a serem adquiridos caracterizam-se como bens de consumo, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos mediante especificações usuais de mercado, conforme art. 6º, inciso XIII, da Lei nº 14.133/2021;
- b) A contratação deverá ser precedida de licitação na modalidade **pregão**, nos termos do art. 6º, inciso XLI, e art. 28, inciso I, ambos da Lei nº 14.133/2021,

tendo como critério de julgamento o **menor preço**, na forma estabelecida no art. 6º, inciso XXXVIII, do mesmo diploma legal;

- d) Os materiais contratados ficarão registrados em **Ata de Registro de Preço (ARP)**, na qual constará as especificações, quantidades e preços dos itens, além dos fornecedores, os órgãos participantes e demais condições a serem praticadas, consoante disposto no art. 40, inciso II, da Lei nº 14.133/2021;
- e) O prazo de vigência contratual deverá ser de 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura do instrumento de avença;
- f) O contratado possibilitará a fiscalização pelo contratante quanto ao controle e qualidade dos produtos;
- g) Os materiais devem ser entregues em até 05 (cinco) dias úteis após a emissão da ordem de compra;
- h) O contratado deverá prever ao todo o serviço logístico necessário para entrega no local indicado pelo contratante.

5. DAS QUANTIDADES ESTIMADAS A SEREM CONTRATADAS

5.1 Os referidos quantitativos estão discriminados em **planilha (anexa)**, na qual contém, além das quantidades estimadas, as especificações e os preços de cada produto contratado, como determina o art. 40, inciso III, da Lei nº 14.133/2021.

5.2 As quantidades estimadas de materiais de construção a serem contratadas foram definidas com base no levantamento das necessidades apresentadas pelas unidades básicas de saúde e pelos processos anteriores feito pela administração, considerando os serviços de manutenção, reparos, reformas e adequações previstos para o exercício vigente.

5.3 Os quantitativos foram projetados de forma a **atender a demanda anual**, podendo sofrer variações para mais ou para menos, conforme a efetiva necessidade da Administração, sem que isso implique em alteração da natureza ou do objeto da contratação.

5.4 O dimensionamento foi realizado de maneira criteriosa, de forma a garantir:

- O **uso racional dos recursos públicos**;
- O **atendimento integral às necessidades dos serviços de infraestrutura**;
- A **regularidade do fornecimento**, evitando paralisações por falta de insumos;
- A **flexibilidade na execução contratual**, permitindo o ajuste às demandas reais que surgirem ao longo do período de vigência do contrato.

Assim, os quantitativos estimados correspondem a uma previsão de consumo, estabelecida para assegurar o pleno atendimento das necessidades da Secretaria de Saúde, garantindo eficiência, economicidade e continuidade dos serviços públicos.

6. DO LEVANTAMENTO DE MERCADO

Diante da necessidade do objeto deste estudo, foi realizada busca em sítios eletrônicos e demais fontes eletrônicas, atendendo as orientações do Decreto Municipal nº 006/2024, notadamente aquelas previstas no art. 34 do referido regulamento. *In verbis*:

Art. 34. A pesquisa de preços para fins de determinação do preço estimado, definido com base no melhor preço, em processo licitatório para a alocação de bens móveis, aquisição de bens e contratação de serviços em geral será realizada mediante a utilização dos seguintes parâmetros, de forma combinada ou não:

I - Composição de custos unitários menores ou iguais à mediana do item correspondente nos sistemas oficiais de governo, como, Painel de Preços, banco de preços em saúde ou por consulta de preços no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP);

II - Contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, inclusive mediante sistema de registro de preços, observado o índice de atualização de preços correspondente;

III - dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo e de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que contenham a data e hora de acesso e tenham sido publicadas no período de 01 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços;

IV - Pesquisa direta com no mínimo 03 (três) fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, desde que seja apresentada justificativa da escolha desses fornecedores e que não tenham sido obtidos os orçamentos com mais de 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital;

V - Pesquisa na base nacional de notas fiscais eletrônicas, e, quando o objeto tratar da aquisição de produtos, desde que as cotações tenham sido obtidas no período de até 01 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços.

7. DO VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO

7.1 A estimativa dos valores unitários e/ou globais da contratação, com base em pesquisa simplificada em sites via internet, a fim de realizar o levantamento do eventual gasto com a solução escolhida (de modo a avaliar a viabilidade econômica da opção) é de caráter sigiloso.

8. DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

A presente contratação tem por objeto o **fornecimento de materiais de construção**, visando atender às demandas da Secretarias Municipal de Saúde para execução de serviços de manutenção, reparos, reformas e pequenas obras nas unidades de saúde, e demais bens pertencentes a Secretaria.

A solução proposta busca garantir a aquisição de insumos de qualidade e em quantidade suficiente para assegurar a continuidade dos serviços públicos, evitando interrupções e proporcionando melhores condições de trabalho e atendimento à população.

Os materiais a serem fornecidos abrangem, de forma geral de material de construção, itens como cimento, areia, brita, tijolos, blocos, telhas, argamassa, cal, madeiras, tintas, pregos, parafusos, entre outros correlatos necessários para a execução das atividades de construção civil.

Com a contratação, pretende-se obter maior eficiência na gestão de recursos públicos, bem como assegurar a padronização dos insumos utilizados, possibilitando obras e serviços com melhor durabilidade, segurança e acabamento. Assim, a solução como um todo consiste em viabilizar o fornecimento contínuo e regular de materiais de construção que garantam o pleno funcionamento das ações de manutenção e melhorias da infraestrutura pública municipal.

9. DA JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO

Considerando a necessidade de aquisição de materiais de construção em volume significativo, para atender às demandas de manutenção, reparos, reformas e melhorias da infraestrutura pública municipal, verifica-se que o valor global da contratação pode impactar de forma expressiva o orçamento da Administração, caso o pagamento seja realizado em parcela única.

Dessa forma, o **pagamento parcelado** apresenta-se como medida administrativa mais vantajosa e adequada, pois possibilita:

- **Melhor planejamento orçamentário e financeiro**, evitando a concentração de desembolsos em um único exercício ou mês;
- **Maior equilíbrio das contas públicas**, garantindo que outros compromissos da Administração não sejam comprometidos;
- **Atendimento contínuo e regular das necessidades**, já que os materiais podem ser fornecidos e pagos de forma gradual, conforme a execução dos serviços;
- **Facilidade de gestão contratual**, assegurando maior previsibilidade e transparência nos gastos;
- **Compatibilidade com a prática de mercado**, uma vez que fornecedores do ramo de materiais de construção usualmente oferecem condições de parcelamento como política comercial, sem onerar o preço final.

Assim, o parcelamento não só atende ao princípio da economicidade, como também viabiliza a execução contratual de forma mais eficiente e sustentável, garantindo a continuidade dos serviços prestados à população e a adequada aplicação dos recursos públicos.

10. DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

10.1 Com a contratação do fornecimento de materiais de construção, pretende-se alcançar os seguintes resultados:

- **Assegurar a disponibilidade contínua de insumos de qualidade**, possibilitando a execução imediata de serviços de manutenção, reparos e obras em prédios e espaços públicos;
- **Garantir a conservação e adequação da infraestrutura municipal**, de forma a manter as unidades de saúde em plenas condições de uso;
- **Prevenir a deterioração dos bens públicos**, reduzindo custos futuros com reformas de maior porte;
- **Promover maior eficiência e agilidade na execução dos serviços**, evitando atrasos decorrentes da falta de materiais;
- **Assegurar a economicidade e a transparência**, mediante processo de aquisição regular e competitivo;
- **Atender com qualidade e segurança às necessidades da população**, oferecendo ambientes públicos mais adequados, acessíveis e funcionais;
- **Contribuir para a melhoria da qualidade de vida da comunidade**, através da manutenção de espaços públicos bem estruturados, seguros e duráveis.

11. DAS PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS

Pela natureza e especificação do objeto, não serão necessárias providências previamente à celebração do contrato.

12. DAS CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

Do arcabouço contratual, nota-se a existência de contratação similar ou correlata nesta municipalidade, com o Pregão Eletrônico Nº 067/2023 com as ATAS descritas abaixo:

- a) **Ata de Registro de Preço nº 145/2023**, relativa à contratação de materiais de construção no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde;
- b) **Ata de Registro de Preço nº 146/2023**, relativa à contratação de materiais de construção no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde;
- c) **Ata de Registro de Preço nº 147/2023**, relativa à contratação de materiais de construção no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde;
- d) **Ata de Registro de Preço nº 148/2024**, relativa à contratação de materiais de construção no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde.

13. DOS POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS

Sob a ótica ambiental e de sustentabilidade, não foram identificados possíveis impactos em decorrência da contratação pretendida, uma vez que se impõe a necessidade de especificação dos produtos com características sustentáveis adequadas, visando, assim, minimizar eventual impacto ambiental.

14. DA CONCLUSÃO

Pelo exposto, considerando a pesquisa de preço realizada, o levantamento dos quantitativos estimados e a existência de recursos orçamentários para cobertura destes entendem-se como necessária a pretensa contratação, uma vez que justificada sua **VIABILIDADE**, sendo, portanto, comprovado o atendimento da necessidade e do interesse público na solução pretendida.

15. DAS CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo foi realizado em observância aos ditames da Lei nº 14.133/2021, sobretudo às exigências mínimas contidas no art. 18, §2º, do referido diploma legal, bem como ao Decreto Municipal nº 006/2024.



Lagoa Grande/PE, 22 de setembro de 2025.


SAMARA MARTINS VIEIRA SOARES

ANEXO I

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTD
1	ARAME GALVANIZADO 12 2,77MM	KG	20
2	AREIA FINA PARA REBOCO	M³	200
3	AREIA GROSSA	M³	100
4	ARGAMASSA EXTERNA AC2 20KG	PCT	100
5	ARGAMASSA INTERNA AC1 20KG	PCT	70
6	ARGAMASSA PISO SOBRE PISO AC3 20 KG	PCT	300
7	BLOCO DE GESSO 50X67CM	M³	300
8	BRITA Nº 12	M³	50
9	BRITA Nº 19	M³	50
10	BROXA PINTURA - MATERIAL BASE: MADEIRA, MATERIAL CERDAS: NYLON, APLICAÇÃO: PINTURA E CAIAÇÃO, COMPRIMENTO: 19,6 CM, LARGURA: 5,6 CM, MATERIAL CABO: MADEIRA, FORMATO: RETANGULAR	UND	50
11	BUCHA COM O PARAFUSO 10MM	UND	500
12	CABO DE ROLO 23 CM	UND	30
13	CADEADO 40MM EM LATÃO MACIÇO, HASTE MÉDIA EM AÇO CEMENTADO E CROMADO, DUAS CHAVES EM LATÃO NIQUELADAS.	UND	30
14	CADEADO MATERIAL: LATÃO MACIÇO, ALTURA: 50 MM, LARGURA: 25 MM, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: CORPO, PINOS E CONTRA PINOS EM LATÃO, MATERIAL HASTE: AÇO	UND	30
15	CAIBRO DE MADEIRA, CUIUBA, SECAO 5X5CM	METR.	500
16	CAL MATERIAL: CARBONATO DE CÁLCIO, APRESENTAÇÃO: PÓ, APLICAÇÃO: CONSTRUÇÃO EM GERAL, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: LAVAVEL APÓS 48H - SACO 5 KG	PCT	300
17	REVESTIMENTO CERÂMICO - APLICAÇÃO: PISOS EM GERAL, CLASSE ABRASÃO: PEI 4, COMPRIMENTO: 43 CM, LARGURA: 43 CM	M³	150
18	REVESTIMENTO PISO MATERIAL: CERÂMICA, APLICAÇÃO: PISOS EM GERAL, LARGURA: 50 CM, COMPRIMENTO: 50 CM, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: ESMALTADO, PADRÃO: PEI 4	M³	200
19	CERAMICA PASTILHA 10X10 COR AZUL	M³	500
20	CIMENTO DE USO GERAL (REBOCO, CONCRETO CONVENCIONAL, CONTRAPISO, LAJES) TIPO CP IV 32, SACO DE 50KG	PCT	200
21	COLA A BASE DE RESINA EPÓXI 16G	UND	30

22	COLA PARA MADEIRAS PVC LATA 500G	UND	20
23	COLA SILICONE ALTA TEMPERATURA 50G	UND	50
24	COLUNA DE FERRO ARMADA 3/8 - COLUNA DE 06 METROS - COLUNA DE FERRO ARMADA 3/8 - COLUNA DE 06 METROS	UND	30
25	COLUNA DE FERRO COM VERGALHAO 5/16, 7X14 COM 6 METROS - COLUNA DE FERRO COM VERGALHAO 5/16, 7X14 COM 6 METROS	UND	30
26	DESENGRIPANTE LUBRIFICANTE MULTIUSO SPRAY, EMBAL AGEM DE NO MINIMO DE 300ML	UND	50
27	CORDA - CORDA - MATERIA-PRIMA: POLIAMIDA; DIAMETRO: 12MM; TIPO: TRANÇADA COM TRES CAPAS E ALMA	UND	200
28	DISCO CORTE - MATERIAL: AÇO, DIÂMETRO: 4 1/2 POL, DIÂMETRO FURO: 7/8 POL, APLICAÇÃO: AÇO E LIGAS MATERIAIS FERROSOS EM GERAL	UND	30
29	DISCO CORTE FINO 7X1/16X7/9	UND	30
30	DOBRADIÇA PORTA - DOBRADIÇA PORTA, MATERIAL AÇO, TRATAMENTO SUPERFICIAL CROMADO, ALTURA 1 1/2 POL, LARGURA 3 POL, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS COM PARAFUSOS	UND	50
31	ESCADA - MATERIAL: ALUMÍNIO, TIPO: DOBRÁVEL, QUANTIDADE DEGRAUS: 7 UN, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: DEGRÁUS E PATAMAR EMBORRACHADOS ANTI- DERRAPANTE	UND	5
32	ESPAÇADOR PARA PISOS E AZULEJOS 5MM, PACOTE COM 100 PEÇAS.	UND	50
33	ESPÁTULA DE AÇO; CONFECCIONADA EM AÇO SAE 1045; LISA E FLEXÍVEL; CABO DE MADEIRA; TAMANHO: 10CM.	UND	20
34	FECHADURA - FECHADURA MATERIAL CAIXA: AÇO, ACABAMENTO SUPERFICIAL: CROMADO, COMPONENTES: 2 CHAVES EM LATÃO NIQUELADO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: MAÇANETA TIPO ALAVANCA, TIPO: INTERNA/EXTERNA, APLICAÇÃO: PORTA	UND	150
35	GESSO EM PÓ SACO 40KG	PCT	50
36	IMPERMEABILIZANTE, COMPOSIÇÃO BÁSICA EMULSÃO ACRÍLICA, FUNÇÃO IMPERMEABILIZAÇÃO DE LAJES, ALICERCES, PAREDES, APLICAÇÃO CONSTRUÇÃO CIVIL, CONSUMO 360 A 400 MG, POR DEMÃO, COR BRANCA, BALDE 18 LITROS.	UND	40
37	LINHA SIMPLIFICADA, MADEIRA NAVAL, COMPRIMENTO: 2,10 M, COR: BEGE, ESPESSURA: 35 MM, LARGURA: 1,20 M, LINHA SIMPLIFICADA	M	100

38	LIXA - MATERIAL: ÓXIDO ALUMÍNIO, TIPO: LIXA FERRO, APRESENTAÇÃO: FOLHA, TIPO GRÃO: 100, COMPRIMENTO: 275 MM, LARGURA: 225 MM	UND	300
39	LIXA - COMPRIMENTO: 23 CM, TIPO: LIXA FERRO, LARGURA: 28 CM, APRESENTAÇÃO: FOLHA, TIPO GRÃO: 120	UND	300
40	LIXA - LIXA MATERIAL: CARBURETO SILÍCIO, COMPRIMENTO: 275 MM, TIPO: LIXA FERRO, LARGURA: 225 MM, APRESENTAÇÃO: FOLHA, TIPO GRÃO: 150	UND	300
41	FOLHA DE LIXA PARA MADEIRAS, COR VERMELHA, COSTADO EM PAPEL, GRAMATURA Nº 100, MEDIDAS ENTRE 225 A 230 X 275 A 280 MM.	UND	500
42	FOLHA DE LIXA PARA MADEIRAS E MASSAS, COR VERMELHA, COSTADO EM PAPEL, GRAMATURA Nº 120, MEDIDAS ENTRE 225 A 230 X 275 A 280 MM.	UND	500
43	FOLHA DE LIXA PARA MADEIRAS E MASSAS, COR VERMELHA, COSTADO EM PAPEL, GRAMATURA Nº 80, MEDIDAS ENTRE 225 A 230 X 275 A 280 MM.	UND	500
44	LONA - MATERIAL: POLIETILENO ALTA DENSIDADE, APLICAÇÃO: COBERTURA MATERIAIS / MERCADORIAS, COMPRIMENTO: MÍNIMO DE 5 M, COR: AZUL, TIPO: IMPERMEÁVEL, LARGURA: MÍNIMO DE 4 M	UND	20
45	MASSA ACRÍLICA PARA USO EXTERNO E INTERNO- BALDE PLÁSTICO COM 25KG	UND	100
46	MASSA ADESIVA PLASTICA 400G	UND	20
47	MASSA CORRIDA BALDE 25KG	UND	200
48	PARAFUSO - PARAFUSO PARA FIXAÇÃO DE VASO / TANQUE, DE LATÃO, COM ARRUELA, COM BUCHA S12 - CROMADA	UND	200
49	PARAFUSO COM BUCHA 10MM	UND	500
50	PIA, MATERIAL AÇO INOX 304, COMPRIMENTO 120 CM, LARGURA 53 CM, QUANTIDADE CUBAS 1 UN	UND	25
51	PIA - MATERIAL: MÁRMORE, TIPO: SINTÉTICO, COMPRIMENTO: 150 CM, LARGURA: 60 CM, QUANTIDADE CUBAS: 1 UN, PROFUNDIDADE CUBAS: 14 CM,	UND	20
52	PORTA - ACABAMENTO SUPERFICIAL: SEMI OCA, PADRÃO MADEIRA: MISA, COMPRIMENTO: 2,10 CM, ESPESSURA: 3 CM, TIPO: LISA, LARGURA: 80 CM	UND	30
53	PORTA - PORTA SEMI OCA, PADRÃO MADEIRA: MISTA, COMPRIMENTO: 2,10 CM, ESPESSURA: 3 CM, TIPO: LISA, LARGURA: 90 CM	UND	30

54	PORTA - PORTA SEMI OCA, PADRÃO MADEIRA: MISTA, COMPRIMENTO: 2,10 CM, ESPESSURA: 3 CM, TIPO: LISA, LARGURA: 60 CM	UND	25
55	PORTA - PORTA SEMI OCA, PADRÃO MADEIRA: MISTA, COMPRIMENTO: 2,10 CM, ESPESSURA: 3 CM, TIPO: LISA, LARGURA: 70 CM	UND	25
56	PREGO COM CABEÇA 17 X 27 -PACOTE 1KG	KG	20
57	REJUNTE FLEXÍVEL 1KG	UND	300
58	RIPA MATERIAL: MADEIRA, ESPÉCIE: EUCALIPTO, COMPRIMENTO: 4 M, ESPESSURA: 2 CM, LARGURA: 5 CM.	M	500
59	ROLO DE LA ANTIRESPINGO 23CM	UND	50
60	ROLO PINTURA PREDIAL - ROLO DE LÃ DE CARNEIRO 15CM CARACTERÍSTICAS: - ANTI-RESPINGO; - ACONDICIONADO EM SACO PLASTICO LACRADO; - COM CABO DE PVC	UND	25
61	ROLO PINTURA PREDIAL - ROLO DE LÃ DE CARNEIRO 9CM CARACTERÍSTICAS: - ANTI-RESPINGO; - ACONDICIONADO EM SACO PLASTICO LACRADO; - COM CABO DE PVC	UND	25
62	PINCEL PINTURA PREDIAL MATERIAL CERDAS: GRIS, TAMANHO: 1 POLEGADA, MATERIAL CABO: MADEIRA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: ALTA RESISTENCIA	UND	30
63	SELADOR ACRILICO 18 LITROS BRANCO	UND	50
64	SOLVENTE - THINNER REDUTOR DE 1ª DE 5 LITROS. VALIDADE MÍNIMA DE 2 ANOS.	UND	50
65	TELHA MATERIAL: CERÂMICA, TIPO: COLONIAL, COMPRIMENTO: 38 CM, LARGURA: 24 CM, ACABAMENTO SUPERFICIAL: NATURAL, ESPESSURA: 0,50 MM.	UND	10000
66	TINTA ACRÍLICA LÁTEX PREMIUM, BASE ÁGUA, BRANCO TINTA LATEX, PARA PAREDE, COMPOSIÇÃO À BASE DE RESINA ACRÍLICA, (EMBALAGEM 18L).	UND	100
67	TINTA ACRÍLICA LÁTEX PREMIUM, BASE ÁGUA, BRANCO NEVE TINTA LATEX, PARA PAREDE, COMPOSIÇÃO À BASE DE RESINA ACRÍLICA, (EMBALAGEM 18L).	UND	100
68	TINTA ACRÍLICA, ACABAMENTO SEMI BRILHO. COR BRANCO NEVE LINHA ECONÔMICA. LATA/BALDE 3,6 LITROS EXTERNA	UND	50
69	TINTA ACRÍLICA, ACABAMENTO SEMI BRILHO. COR BRANCO NEVE LINHA ECONÔMICA. LATA/BALDE 3,6 LITROS INTERNA	UND	50
70	TINTA PINTURA PREDIAL - TINTA ACRILICA PARA PISO 18L - COR CINZA CLARO.	UND	30

71	TINTA ESMALTE SINTETICO, APLICAÇÃO: PINTURA DE MADEIRAS E METAIS; COMPOSIÇÃO: BASE SOLVENTE; COR: BRANCO NEVE; ACABAMENTO: BRILHANTE; UNIDADE DE FORNECIMENTO: GALÃO COM 3,6L.	UND	200
72	TINTA SPRAY COR PRETA ESPECÍFICA PARA PINTURA DE METAIS, LATA 400ML	UND	30
73	TINTA SPRAY COR BRANCA ESPECÍFICA PARA PINTURA DE METAIS, LATA 400ML	UND	30
74	TINTA SPRAY COR VERMELHO ESPECÍFICA PARA PINTURA DE METAIS, LATA 400ML	UND	30
75	TORNEIRA DE METAL CROMADA, BICA ALTA E MOVEL, FIX NA PAREDE - TORNEIRA, DE METAL, COM ACABAMENTO CROMADO, VOLANTE COM HASTE DE METAL COM 1/4 DE VOLTA, BICA DO TIPO ALTA E MOVEL, FIXACAO NA PAREDE, COM ENCAIXE ROSCAVEL DE 20MM, COM REDUTOR PARA ENCAIXE DE 15MM, BITOLA DA SAIDA 15MM.	UND	50
76	TORNEIRA PVC 1/2 PARA JARDIM - COM ADAPTADOR 3/4, NA COR PRETA - TORNEIRA PVC 1/2 PARA JARDIM - COM ADAPTADOR 3/4, NA COR PRETA.	UND	200

ANEXO III
MAPA DE RISCOS

IDENTIFICAÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

A presente contratação justifica-se pela necessidade de aquisição de **materiais de construção** para atender às demandas da **Secretaria Municipal de Saúde**, em razão da constante realização de serviços de manutenção, reparos e reformas nas Unidades Básicas de Saúde, Centros de Atendimento e demais prédios vinculados à pasta.

A contratação se faz imprescindível para:

- **Assegurar condições adequadas de funcionamento das unidades de saúde**, garantindo a preservação da estrutura física e a segurança de servidores e usuários;
- **Evitar a paralisação ou comprometimento dos serviços de saúde**, decorrentes da falta de insumos básicos de construção para pequenos reparos emergenciais;
- **Manter os ambientes em conformidade com as normas sanitárias e de acessibilidade**, essenciais para o bom atendimento à população;
- **Atender com eficiência e agilidade às demandas emergenciais**, decorrentes de desgaste natural das edificações ou situações imprevistas que exijam intervenção imediata.

Dessa forma, a contratação é necessária para assegurar a continuidade e a qualidade dos serviços de saúde pública, preservando a infraestrutura física das unidades e garantindo melhores condições de atendimento aos munícipes.

FASE DE ANÁLISE

X	Planejamento da Contratação e Seleção do fornecedor
---	---

RISCO 01

Selecionar equipe inadequada para realizar o planejamento da contratação

Probabilidade:		Baixa	X	Média		Alta
Impacto:		Baixa		Média	X	Alta
Id	Dano					
1.	Elaboração incorreta ou incompleta do Termo de Referência e Estudo Técnico Preliminar;					
Id	Ação Preventiva				Responsável	
1.	1.1 Designar equipe capacitada e com experiência em contratações públicas;				Setor Demandante	

	1.2 Realizar treinamentos contínuos sobre a Lei nº 14.133/2021 e boas práticas de planejamento;						
Id	Ação de Contingência				Responsável		
1.	Reavaliar e corrigir o planejamento com apoio de equipe técnica especializada;				Setor Demandante		
2.	Capacitar os servidores escolhidos para o planejamento.				Setor Demandante		
3.	Reprogramar prazos e cronogramas, de forma a evitar prejuízos maiores ao processo;				Setor Demandante		
RISCO 02							
Elaboração do Termo de Referência inadequado							
Probabilidade:			Baixa	X	Médio		Alta
Impacto:			Baixa		Médio	X	Alta
Id	Dano						
1.	Especificações insuficientes ou equivocadas, gerando aquisição de itens inadequados; Necessidade de republicação do edital ou retrabalho, ocasionando atraso no atendimento da demanda ;						
Id	Ação Preventiva				Responsável		
1.	Capacitar a equipe responsável na elaboração de Estudos Técnicos Preliminares e Termo de Referência;				Responsável pela elaboração		
Id	Ação de Contingência				Responsável		
1.	Revisar e corrigir o Termo de Referência com urgência, readequando o processo antes da contratação;				Responsável pela elaboração		
RISCO 03							
Indisponibilidade financeira							
Probabilidade:			Baixa	X	Média		Alta
Impacto:			Baixa		Média	X	Alta
Id	Dano						
1.	Suspensão ou cancelamento da contratação; Interrupção de serviços de saúde essenciais por falta de materiais ou insumos;						
Id	Ação Preventiva				Responsável		
1.	Garantir a reserva orçamentária e a devida autorização financeira antes da abertura do processo de contratação;				Setor financeiro		
Id	Ação de Contingência				Responsável		
1.	Readequar o planejamento, ajustando escopo ou quantitativos do objeto para compatibilizar com os				Setor financeiro		

	recursos disponíveis;	
RISCO 04		
Contratação de Empresa que não tenha capacidade de executar o Contrato		
Probabilidade:	Baixa	X Média Alta
Impacto:	Baixa	Média x Alta
Id	Dano	
1.	Interrupção ou atraso na prestação de serviços essenciais à Secretaria de Saúde; Necessidade de rescindir contrato e contratar novo fornecedor, gerando custos adicionais e perda de tempo ;	
Id	Ação Preventiva	Responsável
1.	Estabelecer critérios claros de habilitação e qualificação técnica no edital; Exigir comprovação de capacidade técnica, experiência anterior e recursos necessários (equipamentos, pessoal qualificado);	Agente de contratação
Id	Ação de Contingência	Responsável
1.	Monitorar de perto a execução do contrato, com fiscalização periódica e relatórios de acompanhamento; Aplicar penalidades previstas em contrato em caso de descumprimento ou incapacidade de execução;	Jurídico/Setor Demandante
RISCO 05		
Atraso na contratação		
Probabilidade:	Baixa	X Média Alta
Impacto:	Baixa	Média X Alta
Id	Dano	
1.	Interrupção ou atraso na prestação de serviços ou entrega de materiais essenciais; Necessidade de ajustes emergenciais, podendo gerar custos adicionais;	
Id	Ação Preventiva	Responsável
1.	Planejar o cronograma da contratação com antecedência; Antecipar etapas de pesquisa de mercado, levantamento de necessidades e elaboração de Termo de Referência;	Responsável pela elaboração
Id	Ação de Contingência	Responsável

1.	Reprogramar etapas do processo e ajustar prazos de execução; Priorizar etapas críticas para que a prestação de serviços essenciais não seja comprometida;	Jurídico/ setor demandante
RISCO 06		
Aquisição com preço acima da média do mercado		
Probabilidade:		Baixa X Média Alta
Impacto:		Baixa Média X Alta
Id	Dano	
1.	Pagamento de valores superiores ao necessário; Prejuízo ao planejamento orçamentário e à execução de outras contratações;	
Id	Ação Preventiva	Responsável
1.	Realizar pesquisa de preços detalhada em fontes oficiais e junto a diferentes fornecedores; Estabelecer parâmetros de referência e cotações múltiplas;	Responsável pela cotação
Id	Ação de Contingência	Responsável
1.	Negociar descontos ou condições melhores com fornecedores; Reavaliar a contratação, ajustando quantitativos ou substituindo itens por equivalentes mais econômicos;	Responsável pela cotação

FASE DE ANÁLISE						
X	Gestão do contrato					
RISCO 01						
Atraso na contratação						
Probabilidade:		Baixa	X	Média		Alta
Impacto:		Baixa		Média	X	Alta
Id	Dano					
1.	Interrupção ou atraso na prestação de serviços essenciais; Possibilidade de aumento de custos devido à necessidade de soluções emergenciais;					
Id	Ação Preventiva				Responsável	
1.	Planejar antecipadamente todas as etapas da				Fiscal do contrato	

	contratação; Designar equipe capacitada e responsável pelo acompanhamento do processo;	
Id	Ação de Contingência	Responsável
1.	Ajustar cronograma e priorizar etapas críticas para não comprometer serviços essenciais; Considerar medidas legais de contratação emergencial, se permitido;	Jurídico/Setor Demandante
RISCO 02		
Falta de empenho vigente para liquidação e pagamento à Contratada		
Probabilidade:		Baixa X Média Alta
Impacto:		Baixa Média X Alta
Id	Dano	
1.	Suspensão temporária ou interrupção da prestação do serviço; Necessidade de renegociação de prazos e condições contratuais;	
Id	Ação Preventiva	Responsável
1.	Planejar previamente a dotação orçamentária e abertura de empenhos; Acompanhar periodicamente a execução orçamentária e financeira;	Setor financeiro
Id	Ação de Contingência	Responsável
1.	Negociar prorrogação de prazos ou parcelamento do fornecimento com a contratada; Reprogramar pagamentos de forma legal, garantindo regularidade do processo;	Setor financeiro
RISCO 03		
Descumprimento de cláusula contratual		
Probabilidade:		Baixa X Média Alta
Impacto:		Baixa Média X Alta
Id	Dano	
1.	Necessidade de aplicação de sanções ou rescisão contratual; Atraso ou interrupção de serviços essenciais à população;	
Id	Ação Preventiva	Responsável
1.	Elaborar contratos claros, objetivos e compatíveis com a legislação vigente;	Fiscal do contrato

	Realizar acompanhamento e fiscalização contínua da execução contratual;	
Id	Ação de Contingência	Responsável
1.	Aplicar penalidades previstas no contrato em caso de descumprimento; Acionar mecanismos de correção, como notificações formais e exigência de adequações imediatas;	Jurídico/Setor Demandante

ANA LÚCIA ARAÚJO

Responsável pela elaboração

ANEXO IV

**MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS
PREGÃO ELETRÔNICO Nº ____/____**

Ilmo. Sr. Pregoeiro:

A Empresa _____, CNPJ nº _____, sediada
_____ (endereço completo) _____, propõe-se a executar o objeto
conforme discriminados abaixo, atendendo todas as condições estipuladas no Edital de
Licitação, Termo de Referência contendo itens unitários e totais, valores, quantidades,
conforme planilha abaixo:

Objeto: **REGISTRO DE PREÇOS OBJETIVANDO** eventual fornecimento de

– Cargo:

– RG:

– CPF:

Telefone/Fax:

E-mail:

Local e data:

Nome e Assinatura do Representante Legal da Empresa

ANEXO v**À PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA GRANDE
PREGÃO ELETRÔNICO Nº xxxx/2025****DECLARAÇÃO FORMAL**

(Nome da empresa), CNPJ ou CPF nº, sediada (endereço completo), declara, sob as penas da Lei, que:

- a) aceita as condições estipuladas neste Edital;
- b) executará/entregará os serviços/materiais de acordo com as diretrizes e normas técnicas adotadas pela Prefeitura Municipal de Lagoa Grande;
- c) obedecerá às ordens expedidas pela Prefeitura Municipal de Lagoa Grande, durante a execução dos serviços;
- d) entre seus diretores, gerentes, sócios e demais profissionais não figuram servidores ou dirigentes de órgão ou entidade da Prefeitura Municipal de Lagoa Grande;
- e) até a presente data inexistem fatos impeditivos para a sua habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

Local e data.

PROPONENTE:

DADOS DA PROPONENTE:

Nome:

Razão Social:

Endereço Completo:

Telefone/fax/e-mail:

Nome e Assinatura do Representante Legal da Empresa

ANEXO VI

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE QUE NÃO EMPREGA MENOR DE IDADE
À PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA GRANDE/PE**

PREGÃO ELETRÔNICO Nº xxxx/2025

Pela presente, DECLARAMOS, sob as penas da Lei, que esta Empresa em qualquer fase de suas atividades, não utiliza trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de 18 (dezoito) e de qualquer trabalho a menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (catorze) anos, em observância ao artigo 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal, combinado com o art. 68, inciso IV, da Lei Federal nº 14.133/21 e suas alterações.

Por ser a expressão da verdade, firmamos a presente Declaração.

Local e data.

PROPONENTE:

DADOS DA PROPONENTE:

Nome:

Razão Social:

Endereço Completo:

Telefone/fax/e-mail:

Nome e Assinatura do Representante Legal da Empresa

ANEXO VII – MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**PROCESSO LICITATÓRIO Nº**
PREGÃO ELETRÔNICO Nº
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº

O MUNICÍPIO DE LAGOA GRANDE, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Av. da Uva e do Vinho, 40 – Centro – Lagoa Grande - PE, inscrito no CNPJ sob o nº 01.613.731/0001-75, através da **SECRETARIA MUNICIPAL xxxxxxxxx**, inscrito no CNPJ sob o nº xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, com sede na xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, Lagoa Grande/PE, neste ato representado pela Secretário de xxxxxxxxx, a Sr.**xxxxxxx**, residente e domiciliada na cidade de xxxxx/PE, O(A).....(órgão ou entidade pública que gerenciará a ata de registro de preços), com sede no(a), na cidade de, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº, neste ato representado(a) pelo(a) (cargo e nome), nomeado(a) pela Portaria nº de de de 202..., publicada no de de de, portador da matrícula funcional nº, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº/202..., publicada no de/...../202....., processo administrativo n.º, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições revistas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023 e Decreto Municipal nº 006 de 1º de fevereiro de 2024, e em conformidade com as disposições a seguir:

1.0 DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços para futura e eventual contratação de _____

2.0 DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

EMPRESA:
CNPJ:

ENDEREÇO:

REPRESENTANTE:

E-MAIL:

DADOS BANCÁRIOS:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID	QUANT	VALOR UNITARIO	VALOR TOTAL

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.1. O órgão gerenciador será a Secretaria Municipal de saúde.

3.2. Além do gerenciador, não há órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços:

4.0DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Será permitido adesão a ata;

4.2. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública Federal, Estadual, Distrital e Municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

4.2.1. Apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

4.2.2. Demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

4.2.3. Consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

4.3. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

4.3.1. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

4.4. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

4.5. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

4.6. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1. Dos limites para as adesões

4.7. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

4.8. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

4.9. A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 4.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

Vedação a acréscimo de quantitativos

4.11. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital ou no aviso de contratação direta e se obrigar nos limites dela;

5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.

5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidas no edital ou no aviso de contratação direta; e

5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.

5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 5.7, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital ou do aviso de contratação direta, poderá:

5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6.0 DA ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea II 124 L.º 14.133, 2021;

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7.0 DA NEGOCIAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. DO REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

8.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

8.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.

8.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

8.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

8.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

9. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

9.4.1. Por razão de interesse público;

9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

10. DAS PENALIDADES

10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital ou no aviso de contratação direta.

10.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do

Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

10.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. DAS CONDIÇÕES GERAIS

11.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência.

11.2. No caso de adjudicação por preço global de lote, só será admitida a contratação de parte de itens do lote se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em (....) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).

Local e data

Assinaturas

Representante legal do órgão gerenciador e representante(s) legal(is) do(s) fornecedor(s) registrado(s)